

Edgar **Guimarães**
Ricardo **Sampaio**

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.11.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G977d
Guimarães, Edgar

Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei nº 14.133/2021 / Edgar Guimarães, Ricardo Sampaio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.
256 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4309-7

1. Brasil. [Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021]. 2. Direito administrativo Brasil. 3. Contratos administrativos Brasil. 4. Licitação pública Legislação – Brasil. I. Sampaio, Ricardo. II. Título.

21-74668

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária GRB-7/6439

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. ASPECTOS GERAIS	3
1.1. Dever de licitar	3
1.2. Competência para legislar sobre a matéria	7
1.3. Exceções ao dever de licitar.....	11
1.4. Interpretação das normas sobre contratação direta	12
1.5. Princípios jurídicos aplicáveis à contratação direta	16
1.5.1. Princípio da legalidade	18
1.5.2. Princípio da impessoalidade	20
1.5.3. Princípios da moralidade e da probidade administrativa	21
1.5.4. Princípios da publicidade e da transparência	21
1.5.5. Princípios da eficiência, da eficácia e do planejamento	22
1.5.6. Princípio da igualdade.....	23
1.5.7. Princípio da razoabilidade	24
1.5.8. Princípio da proporcionalidade	25
1.5.9. Princípios da economicidade e da competitividade	25
1.5.10. Princípio da motivação	26
1.5.11. Princípio da boa-fé	26
1.5.12. Princípio da segurança jurídica	27
1.5.13. Princípio da participação popular	28
1.5.14. Princípio da segregação de funções	29

1.5.15.	Princípio do interesse público.....	29
1.5.16.	Princípio da celeridade	30
1.5.17.	Princípio do desenvolvimento sustentável	31
1.5.18.	Princípio do julgamento objetivo.....	31
1.6.	Aplicação do Decreto-lei nº 4.657/1942 (LINDB)	32
2.	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....	33
2.1.	Formalidades legais	35
2.1.1.	Documentos do planejamento da solução a ser contratada	37
2.1.2.	Estimativa da despesa	41
2.1.3.	Parecer jurídico e pareceres técnicos	46
2.1.4.	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários.....	48
2.1.5.	Requisitos de habilitação e qualificação do contratado.....	50
2.1.6.	Razão da escolha do contratado	53
2.1.7.	Justificativa do preço.....	54
2.1.8.	Autorização da autoridade competente	56
2.2.	Natureza exemplificativa do rol de documentos.....	60
3.	LICITAÇÃO INEXIGÍVEL.....	63
3.1.	Considerações gerais	63
3.2.	Inexigibilidade em razão da exclusividade	64
3.2.1.	Alcance da norma.....	65
3.2.2.	Inexigibilidade para bens e serviços	65
3.2.3.	Exclusividade do fornecedor <i>versus</i> exclusividade do objeto	66
3.2.4.	Comprovação da exclusividade	68
3.2.5.	Alcance da condição de exclusividade	70
3.2.6.	Exclusividade de marca <i>versus</i> exclusividade de fornecedor	71
3.3.	Inexigibilidade para contratação de artista.....	72
3.3.1.	Alcance da norma.....	73

3.3.2.	Consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública.....	74
3.3.3.	Pluralidade de artistas e inviabilidade de competição	75
3.3.4.	Contração por meio de empresário exclusivo	76
3.3.5.	Publicidade da contratação	78
3.4.	Inexigibilidade para contratação de serviços técnicos especializados.....	78
3.4.1.	Alcance da norma.....	79
3.4.2.	Insuficiência da compreensão literal da norma	80
3.4.3.	Configuração da notória especialização.....	83
3.4.4.	Vedação à subcontratação	85
3.4.5.	Síntese dos requisitos para contratação de serviços técnicos	87
3.5.	Inexigibilidade para credenciamento.....	88
3.5.1.	Alcance da norma.....	89
3.5.2.	Definição e cabimento do credenciamento.....	89
3.5.3.	Edital de chamamento público	91
3.5.4.	Forma de seleção do credenciado.....	91
3.5.5.	Delimitação de prazo para credenciamento.....	92
3.5.6.	Credenciamento para contratação de passagens aéreas	93
3.5.7.	Credenciamento para contratação de leiloeiros....	94
3.6.	Inexigibilidade para aquisição ou locação de imóvel.....	94
3.6.1.	Alcance da norma.....	95
3.6.2.	Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	95
3.6.3.	Requisitos legais	97
3.6.4.	Dever de licitar <i>versus</i> inexigibilidade.....	100
4.	LICITAÇÃO DISPENSÁVEL	101
4.1.	Considerações gerais	101
4.2.	Dispensa em razão do valor	102
4.2.1.	Alcance da norma.....	103
4.2.2.	Comparativo da Lei nº 14.133/2021 com a Lei nº 8.666/1993.....	104

4.2.3.	Valores limites para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas.....	105
4.2.4.	Regras sobre fracionamento de despesa	107
4.2.5.	Fracionamento de despesa e necessidades supervenientes.....	115
4.2.6.	Ausência de previsão expressa de dispensa em razão do valor para alienações	116
4.2.7.	Sistema de dispensa eletrônica.....	119
4.2.8.	Uso de cartão de pagamento	126
4.3.	Licitação deserta ou fracassada	127
4.3.1.	Alcance da norma.....	128
4.3.2.	Conceito de licitação deserta e de licitação fracassada.....	128
4.3.3.	Requisitos para dispensa	129
4.3.3.1.	Impossibilidade de repetir a licitação sem prejuízo	130
4.3.3.2.	Cuidados na hipótese de licitação deserta.....	131
4.3.4.	Caráter facultativo da dispensa	132
4.3.5.	Licitação fracassada e a nova disciplina para dispensa.....	133
4.4.	Dispensa para compra de bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira	134
4.4.1.	Alcance da norma.....	134
4.4.2.	Hipótese de inexigibilidade e não de dispensa	135
4.5.	Dispensa para contratação de bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional.....	137
4.5.1.	Alcance da norma.....	137
4.5.2.	Aplicação do art. 75, IV, b, por Estados, Municípios e Distrito Federal.....	138
4.5.3.	Requisitos para dispensa	139
4.5.4.	Termos do acordo internacional	139
4.6.	Contratação de produtos para pesquisa e desenvolvimento	141
4.6.1.	Alcance da norma.....	141

4.6.2.	Limitação de valor.....	142
4.6.3.	Destinação da contratação.....	142
4.6.4.	Aquisição de produtos para pesquisa e desenvolvimento e dispensa de documentos de habilitação.....	143
4.6.5.	Regulamentação específica para obras e serviços de engenharia	144
4.7.	Transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso de exploração de criação protegida.....	145
4.7.1.	Alcance da norma.....	145
4.7.2.	Destinatários da norma	146
4.7.3.	Requisitos para a dispensa.....	147
4.8.	Aquisição de hortifrutigranjeiros, pães e gêneros perecíveis	148
4.8.1.	Alcance da norma.....	148
4.8.2.	Requisitos para a dispensa.....	149
4.9.	Contratação de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam alta complexidade tecnológica e defesa nacional.....	150
4.9.1.	Alcance da norma.....	150
4.9.2.	Limites para aplicação da norma	151
4.10.	Contratação de materiais de uso das Forças Armadas	151
4.10.1.	Alcance da norma.....	151
4.10.2.	Requisitos para a dispensa.....	152
4.11.	Contratação de bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras... ..	154
4.11.1.	Alcance da norma.....	154
4.11.2.	Origem da norma	154
4.11.3.	Requisitos para a dispensa.....	155
4.12.	Contratação de abastecimento ou suprimento de efetivos militares	156
4.12.1.	Alcance da norma.....	156
4.12.2.	Pressuposto para a dispensa	156
4.12.3.	Requisitos para a dispensa.....	157
4.12.4.	Dispensa em razão do valor.....	158

4.13. Contratação para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis	158
4.13.1. Alcance da norma.....	159
4.13.2. Requisitos para a dispensa.....	159
4.13.3. Dispensa de licitação e a regularidade fiscal.....	160
4.13.4. Pluralidade de associações ou cooperativas.....	161
4.14. Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos	161
4.14.1. Alcance da norma.....	162
4.14.2. Requisitos para dispensa	162
4.14.3. Conceito de obra de arte e de objeto histórico ...	163
4.15. Contratação de serviços especializados, aquisição ou locação de equipamentos para rastreamento e obtenção de provas.....	164
4.15.1. Alcance da norma.....	164
4.15.2. Requisitos para dispensa	165
4.15.3. Flexibilização do princípio da publicidade	165
4.15.4. Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	166
4.16. Aquisição de medicamentos para tratamento de doenças raras	166
4.16.1. Alcance da norma.....	166
4.16.2. Requisitos para dispensa	167
4.16.3. Definição de medicamentos para tratamento de doenças raras	167
4.17. Contratações para cumprimento da Lei nº 10.973/2004...	168
4.17.1. Alcance da norma.....	168
4.17.2. Delimitação dos objetos a serem contratados.....	170
4.18. Contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional.....	171
4.18.1. Alcance da norma.....	171
4.18.2. Aplicabilidade do dispositivo legal	172
4.18.3. Inaplicabilidade do dispositivo legal.....	172
4.18.4. Requisitos para dispensa	174

4.19. Contratação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.....	175
4.19.1. Alcance da norma.....	175
4.19.2. Requisitos para dispensa	176
4.20. Contratação nos casos de emergência ou calamidade pública	177
4.20.1. Alcance da norma.....	178
4.20.2. Pressuposto autorizatório da dispensa.....	178
4.20.3. Emergência real e potencial	179
4.20.4. Requisitos para a dispensa.....	180
4.20.5. Calamidade pública e dispensa.....	181
4.20.6. Definição do objeto do contrato emergencial	182
4.20.7. Vigência e prorrogação do contrato emergencial.....	183
4.20.8. Contrato emergencial e projeto básico	185
4.21. Contratação de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade da administração pública.....	187
4.21.1. Alcance da norma.....	187
4.21.2. Órgão ou entidade integrantes da administração pública criados para esse fim específico	187
4.21.3. Vinculação da contratante e contratada à mesma pessoa política	189
4.21.4. Natureza jurídica da entidade contratada	191
4.21.5. Exceção ao limite temporal da criação de órgão ou entidade a ser contratada	193
4.22. Intervenção da União no domínio econômico	194
4.22.1. Alcance da norma.....	194
4.22.2. Limites para dispensa quando da intervenção da União para regular preços ou normalizar o abastecimento	195
4.23. Celebração de contrato de programa com ente federativo ou entidade da administração pública indireta.....	196
4.23.1. Alcance da norma.....	196
4.23.2. Objeto da contratação	196
4.23.3. Celebração de contrato de programa.....	197

4.24. Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS	198
4.24.1. Alcance da norma.....	198
4.24.2. Requisitos para a dispensa.....	199
4.24.3. Produtos estratégicos para o SUS	199
4.25. Contratação de profissionais para compor comissão de avaliação de critérios técnicos	201
4.25.1. Alcance da norma.....	201
4.25.2. Atuação da comissão de avaliação.....	201
4.25.3. Dispensa <i>versus</i> inexigibilidade.....	203
4.26. Contratação de associação de pessoas com deficiência....	203
4.26.1. Alcance da norma.....	204
4.26.2. Requisitos para dispensa	204
4.27. Contratação de instituição brasileira dedicada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e à recuperação social de preso.....	205
4.27.1. Alcance da norma.....	206
4.27.2. Requisitos para a dispensa.....	206
4.27.2.1. Aspectos da contratada.....	206
4.27.2.2. Objeto social da instituição contratada.....	208
4.27.3. Vedação à subcontratação	209
4.28. Contratação de insumos estratégicos para a saúde.....	210
4.28.1. Alcance da norma.....	210
4.28.2. Aspectos da contratante	211
4.28.3. Aspectos da contratada.....	211
4.28.4. Comprovação da adequação do preço	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	213
ANEXO – Tabela comparativa do Capítulo VIII (Da contratação direta) da Lei nº 14.133/2021	217